



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

EXPLORAÇÃO AGRÁRIA: Bases Históricas de Acumulação do Capital em Moçambique (1975-1990)

Adérito Arlindo Magule¹
Cristiane Luiza Sabino de Souza²

Resumo

O presente artigo objetiva estudar teoricamente a exploração agrária como base histórica de acumulação do capital em Moçambique entre 1975 a 1990. Parte de um debate generalista da questão da independência e dos modos de produção. Seguidamente, identificam-se as bases históricas de acumulação do capital presentes e dominantes no período em alusão, e, termina descrevendo as principais bases. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo, materializado através da revisão bibliográfica. Do estudo, constatou-se que a acumulação do capital em Moçambique no período em alusão sempre esteve subordinada à exploração do campesinato, inicialmente pelos colonos e, depois, pelo empresariado nacional, a partir de 1975, houve mecanismos de assentar este processo sob uma base estatal centralmente planejada que resultou na instituição de unidades agrárias estatais e unidades cooperativas, todavia, este engenho sempre esteve em paralelo com um núcleo extrativo rodeado por uma rede de serviços, infraestruturas e finanças suportadas pelo capital estrangeiro.

Palavras-chave: Exploração agrária; Acumulação do Capital; Moçambique

1. Introdução

O estudo que a seguir se apresenta, versa sobre a exploração agrária como base histórica de acumulação do capital em Moçambique (1975-1990), um país localizado no sudeste do continente africano, cuja capital e maior cidade, é Maputo, que durante o domínio português que estendeu-se de 1489 à 1975, era designada Lourenço Marques.

¹Doutorando em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da CAPES. E-mail: magulea88@gmail.com

²Doutora em Serviço Social – Professora no Departamento do Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina (DSS/UFSC). E-mail: crisabino1@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Neste território, no período antes da ocupação colonial, o sustento das famílias baseou-se na prática de atividade agropecuária do tipo familiar.

Conforme O'LAUGHLIN (1980), durante a dominação portuguesa, os agricultores familiares viram-se ligados ao modo de produção pré-capitalista. Assim, é correto afirmar que a exploração agrária vem desde essas épocas históricas desempenhando um papel fundamental e, após a independência, através da primeira Constituição da República Popular de Moçambique de 1978, o Estado assumiu a agricultura como “base de desenvolvimento econômico”.

Dado o longo período de colonização, o estudo das particularidades de acumulação do capital em Moçambique no período a seguir à independência, confunde-se com a de vários países do continente africano. As semelhanças³ prendem-se com o facto de ‘quase’ todos terem ressuscitado de um longo período de exploração, dominação colonial e imperialista pelas potências capitalistas. Para compreender a questão de Moçambique, é preciso incidir o foco nas suas particularidades, nomeadamente: a ideologia política; a guerra pós-independência; a mudança do xadrez político internacional e, a influência das instituições financeiras e pacificadores mundiais, cujas políticas emancipadoras mergulharam os outrora chamados países do ‘terceiro mundo’ numa dependência econômica⁴ sem precedentes.

Compreendendo que o princípio norteador das lutas armadas pelas independências africanas⁵ buscava a libertação do homem e da terra, com o alcance da

3 “[...], apesar da diversidade socioeconômica e política, é possível distinguir determinados problemas e situações que parecem comuns aos Estados africanos, derivados de um passado tradicional, aspirações comuns e experiência compartilhada sob o domínio do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo” (NKRUMAH, 2018, p. 23)

4 “A independência política não trouxe o fim nem da opressão e da exploração econômica, nem da ingerência estrangeira na vida política. O período neocolonialista começou logo que os monopólios capitalistas internacionais deram seu apoio, durante a época colonial, à burguesia nativa, para assegurar seu controle da vida econômica do continente” (NKRUMAH, 2018, p. 105).

5 “A descolonização da África negra foi tardia, [...]. Em 1960, o ‘ano africano’, a maioria dos países do continente tornou-se independente, [...]. Entretanto, este processo deixou de fora os chamados bastiões



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

independência, Moçambique testemunhou dois momentos, (1) Governo de Transição (1974) e, (2) o governo formado pelas elites políticas nacionais (1975), este, por sua vez, levou a cabo um conjunto de ações visando o exercício integral do poder em todo o território⁶, a saber: as nacionalizações das empresas de capital estrangeiro e prédios urbanos e; a terra fora declarada propriedade do Estado (MOSCA, 1996).

Esta periodização lógica é sucintamente descrita por TOLE (1995, p.211 *apud* FEIJÓ 2010, p.120) ao indicar quatro momentos que caracterizam a evolução econômica moçambicana, nomeadamente:

Período de transição; período de controlo e planificação; crise em tempo de guerra e lançamento do programa de ajustamento estrutural. Compreendido entre 1974 a 1976, [...] a partida da população portuguesa, a conseqüente paralisação de muitos serviços e unidades industriais [...]. A partir de 1977, Moçambique entra num período de controle e planificação centralizada, marcada pela tentativa de modernização do país através de ideias socialistas, pela reorganização das relações de produção, [...]. O país conheceu uma guerra civil, intensificada nos anos 1980, com conseqüências desastrosas no panorama político e social. Tratou-se do período definido por 'crise em tempos de guerra', compreendido entre 1981 e 1986. Ao longo da segunda metade de década de 1980, Moçambique realizou acordos com o Banco Mundial e com o FMI, lançando o 'programa de ajustamento estrutural' que previu um conjunto de medidas de reestruturação econômica com vista à liberalização dos mercados, (FEIJÓ, 2010, p.120).

Entretanto, os grandes objetivos econômicos contidos no programa de ajustamento econômico que seriam materializados pelo Plano Prospectivo Indicativo (PPI) entre 1980 a 1990 e, mais tarde, pelo Programa de Reabilitação Econômico/Social (PRE/S) entre 1983 a 1990, fracassaram e foram sucessivamente abandonados. Nesta

do sul do continente. Portugal, que servia de 'testa de ferro' aos interesses econômicos transnacionais, recusou-se a conceder as independências para Angola e Moçambique" (VISENTINI, 2008, p.123-126). Para MONDLANE (1975, p.151), em Moçambique "até 1961, duas conclusões eram óbvias: primeiro, Portugal não admitiria o princípio de autodeterminação e independência, [...]. Segundo, a ação política moderada, tal como greves, manifestações e petições, resultaria naqueles que nela tomavam parte. Eram-nos deixadas, portanto, duas alternativas: continuar indefinidamente a viver sob um regime repressivo imperialista ou encontrar um meio de usar a força contra Portugal que fosse suficientemente eficaz para ferir Portugal sem resultar nossa própria ruína".

6 Ao abrigo do artigo 18, da Lei n.º 8/74, de 9 de setembro, "o Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime adequado aos interesses do seu povo".



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

sequência, Moçambique via-se assolado pela desgraça social e econômica, os índices de desenvolvimento econômico rumavam em contra-mão aos principais objetivos das autoridades governamentais. Para justificar o fracasso, CASTEL-BRANCO (1995, p. 582–583), observou que muitos entendiam que:

As explicações mais tradicionais e fáceis para o fracasso das estratégias econômicas são a guerra, calamidades naturais, deterioração dos termos de troca internacionais e políticas inadequadas do passado. Sem menosprezar os efeitos desses factores, atribuir-lhes a responsabilidade fundamental pelos sucessivos fracassos econômicos não os explica nem ajuda a aprender e a gerar novos caminhos, pois, desenvolvimento econômico tende a tornar-se, assim, numa questão de sorte fora do controlo dos actores desse processo.

Todavia, CASTEL-BRANCO (1995) chama atenção para questões fundamentais: as características estruturais, socioeconômicas, institucionais e históricas da economia que influenciam a escolha de opções e os resultados obtidos e, os problemas comuns do PPI e PRE/S. Esta chamada de atenção remete-nos a uma reflexão de alicerce científica sobre as questões fundamentais que influenciaram a pauperização econômica de Moçambique e, objetivamente, coloca em causa as teses difundidas pelas elites políticas, por isso, vale aqui a revisão literária das bases históricas de acumulação de capital em Moçambique entre 1975 a 1990.

2. A Acumulação do Capital em Moçambique Pós-independência

O estudo das bases históricas da acumulação do capital em Moçambique, pode ser compreendido em vários períodos históricos, sendo os principais o período colonial e o pós-independência, constituindo este último, o foco do presente artigo. Como observou CASTEL-BRANCO (2017), o processo de acumulação de capital em Moçambique, assemelha-se às análises marxistas de acumulação primitiva de capital. Contudo, este processo tem sido fortemente influenciado pelas estruturas produtivas instituídas pelo colonialismo e nos primeiros anos da independência.

No período pós-independência, o marco mais importante da política econômica e social moçambicana, data de 1977, ano da realização do III Congresso da FRELIMO, no



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

qual, Moçambique adoptou a orientação socialista de organização social e de produção. O Congresso definiu como estratégias: lançar as bases de uma economia socialista; satisfazer as necessidades básicas da população e; edificar uma economia baseada na indústria pesada, (MOSCA, 1996).

Na sequência, (MOSCA, 1996, n.p.) entende que:

“A FRELIMO pretendia a transformação socialista do meio rural cuja estratégia girava em redor de dois eixos fundamentais: na ‘vida coletiva’ em ‘aldeias comunais’, que eram consideradas como a ‘espinha dorsal do desenvolvimento rural’ e na colectivização da produção, fundamentalmente nas empresas públicas, consideradas como uma forma superior de produção e de organização da produção”.

Com estas iniciativas, o país circundou a sua economia com base em empresas públicas expropriadas dos colonos, das cooperativas de produção, do ínfimo sector privado que sobrara do sector camponês e, no campesinato e/ou agricultura familiar. No entanto, CASTEL-BRANCO (1995), entende que o elemento central da estrutura de acumulação do capital, esteve assente na exploração do campesinato.

Pelo contrário, este padrão de acumulação, não foi obra das novas elites moçambicanas. Esta estrutura data da exploração colonial a qual expandia-se com base no campesinato que produzia e fornecia mão-de-obra e alimentos baratos, bloqueando desse modo o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na economia como um todo (O’LAUGHLIN, 1980; CASTEL-BRANCO; 1994).

É preciso desconstruir qualquer equívoco quanto a esta caracterização de acumulação, senão vejamos; no pós-independência, mais de 80% da população moçambicana vivia em zonas rurais e participava ainda na agricultura familiar do tipo tradicional, o que lhe fazia a grande maioria rural e produzia cerca de 70% da produção agrícola total e 1/3 da produção agrária comercializada do país e, lhe conferia o estatuto da principal fonte de renda nacional (CASTEL-BRANCO, 1994; NEWITT, 1995).



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Todavia, para além da exploração agrária, no cômputo geral, CASTEL-BRANCO (2017) ensina que o processo de acumulação do capital em Moçambique acontece num contexto histórico que inclui um “núcleo extrativo”, em volta do qual se ergue uma variedade de complexo de prestação serviços, infraestruturas e finanças, os quais, desde a administração colonial, estiveram atrelados ao capital multinacional.

2.1. Exploração agrária e acumulação do capital em Moçambique

Durante a guerra de libertação, a FRELIMO esteve atenta à mobilização de massas do campesinato, aliás, os discursos dominantes da altura indicavam que o partido era constituído por operários e camponeses. Para sustentar esta premissa, NEWITT (1995, p.467), subscreve que rapidamente foi propalada a ideologia de Amílcar Cabral⁷, segundo a qual, “as estruturas do estado colonial tinham de ser analisadas com base na classe e não na etnia e, identificou-se o campesinato como a classe mais oprimida sob o antigo regime”.

Após a independência, a FRELIMO mudou completamente a sua natureza. Passou a considerar o proletariado como a força motriz revolucionária que nasceria de volumosos investimentos em diversas áreas da tão almejada economia moderna. Com esta mudança, MOSCA (1996), argumenta que aos camponeses familiares não foram alocadas terras férteis que almejavam. Ademais, os pequenos e médios agricultores moçambicanos que outrora serviam aos interesses coloniais não tiveram acesso às terras dos agricultores expatriados ao abrigo da “lei 24/20⁸”.

7 Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) nasceu na Guiné-Bissau. Tão cedo mudou-se com a família para Cabo Verde em 1932. Em 1945, ingressou no Instituto Superior de Agricultura de Lisboa, onde se ligou a grupos antifascistas e ao movimento da negritude. Regresso à Guiné-Bissau em 1952. Suas atividades políticas levaram-no a se exilar em Angola, onde se ligou ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em 1959, fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que estabeleceu uma delegação na Guiné-Conakry e, em 1963, deu início à luta armada contra a dominação portuguesa. Em 1973, Cabral foi assassinado em Conakry, por agentes do colonialismo português infiltrados no PAIGC, (COMITINI, 1980, p.7-12).

8

“Lei 20/24” foi uma medida instituída em Moçambique logo após a proclamação da independência que consistiu na expulsão dos colonos portugueses num espaço de 24 horas com apenas 20 kg de bagagem.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Com esta nova lógica do partido FRELIMO, MOSCA (2017, p.77), pontua que:

“É interessante verificar como, tanto a via socialista como a capitalista, possuem os mesmos argumentos para defenderem a inviabilidade da pequena exploração, a necessidade de transformar os camponeses em operários rurais ou industriais e a inevitabilidade da emigração. O único elemento diferenciador é a possibilidade da formação do capitalismo agrário com base na média e grande exploração, enquanto no socialismo [...], a solução era a das grandes empresas estatais e cooperativas”.

A busca pela rápida recuperação da economia moçambicana que, apesar de registos positivos nos primeiros anos da independência, resultantes de grandes investimentos no sector agrário estatal, não tardou a sua arruinação, pois, na concepção de NEWITT (1995, p.476):

[...], os resultados tinham sido alcançados através de *inputs* maciços e antieconômicos de investimento e da absorção das importações de maquinaria, produtos químicos etc., que não seriam pagos. Em vez do incremento da economia, as empresas grandes e pesadas ameaçavam arrastar o país inteiro para a bancarrota. Posteriormente, em 1976, tornou-se cada vez mais difícil pagar estes bens essenciais e as importações de produtos de consumo (excepto alimentos) tiveram de ser reduzidos, a ponto de os postos de venda a retalho falirem por não terem nada que vender.

Na tentativa de ressuscitar a economia moçambicana, é perceptível que, conforme indicou CASTEL-BRANCO (2017), que, historicamente, a exploração agrária sempre foi preponderante e influenciou o processo de acumulação do capital, senão vejamos, no período a seguir à independência, o setor agrário pode ser analisado em quatro setores fundamentais, unidades agropecuárias estatais, unidades cooperativas, explorações familiares e explorações particulares, contudo, constituem objeto de análise neste texto os três primeiros setores.

2.2. Unidades Agropecuárias Estatais

Com o abandono massivo de agricultores estrangeiros, imediatamente, o governo interveio transformando as propriedades agrárias nacionalizadas em empresas públicas. Com esta iniciativa, tinha-se uma visão macroeconômica de produção, seja por isso que, de acordo com (NEWITT, 1995, p. 476):



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Planeou-se a gestão das unidades agro-pecuárias estatais recorrendo a alta tecnologia e aos mais recentes métodos científicos agrícolas. [...], calcula-se que as unidades agro-pecuárias estatais tenham recebido mais de 90% de todo o investimento agrícola durante os primeiros 5 anos após a independência, só o CAIL recebeu 50% em 1977. Mais importante, continuaram a depender da mão-de obra assalariada sazonal e, por conseguinte, como escreveu Michel Cahen, [preservaram as relações sociais do colonialismo].

MOSCA (1996) observou que com esta estratégia surgiram três formas de organização empresarial, a saber: as grandes empresas de monocultura deram origem a empresas públicas delimitadas fisicamente de forma idêntica; as empresas de pequena e média dimensão existentes nos sistemas de regadio e nos colonatos, foram agrupadas e transformadas em grandes empresas públicas, mantendo os sistemas de produção e; as empresas dispersas ficaram sob administração das cooperativas.

Apesar de grandes investimentos reportados que perfaziam cerca de 85% do setor agrário, até 1985, estas empresas somente contribuíam com cerca de 50% da produção agrícola total comercializada, as culturas de exportação representavam cerca de 38% da produção e as hortícolas e cereais aproximadamente a 23,3% e 19,3%, respetivamente, MOSCA (1996). A este fracasso estatal, NEWITT (1995, p.476) aponta a planificação centralizada como um dos grandes erros cometidos pela FRELIMO, senão vejamos, “o planeamento central fixava as metas de produção que eram estabelecidas de acordo com normas supostamente específicas para as taxas de produtividade, em que os capatazes e contabilistas locais tinham pouca discrição”.

2.3. Unidades Cooperativas

Outro sector que recebeu atenção foram as unidades cooperativas. O cooperativismo, na sua maioria de voluntários, foi identificado como base institucional fundamental que permitiria aumentar o poder negocial e de intervenções dos pequenos camponeses. Ou seja, usando das palavras de MOSCA (1996, n.p.), “[...] eram consideradas como uma forma de produção transitória dentro do modelo socialista, pois, só as empresas públicas constituíam uma ‘propriedade de todo o povo’ e por isso, uma ‘forma superior de produção’”.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Segundo CASTEL-BRANCO (1995), baseou-se na ideia de que, uma vez que a base económica, tecnológica e social dos pequenos camponeses é demasiado precária e não alavancaria a economia, só uma organização mais estruturada dos pequenos agricultores poderia possibilitar o desembaraço das amarras a que estavam sujeitos pelo padrão de acumulação económica dominante na economia nacional, daí que, indicou-se como principal papel:

Construção e gestão de infra-estruturas comunitárias; Inovação tecnológica e disseminação das experiências e informações tecnológicas; Prestação de serviços de extensão, assistência técnica e manutenção, organização da formação educacional e treino profissional; Protecção do direito de posse e uso de terra e da qualidade do solo e do meio ambiente; Organização do acesso ao crédito e mobilização de recursos locais, públicos e externos; Melhoria da gestão de dos projectos e elevação da sua taxa de retorno, negociação de preços relativos dos produtos agrícolas; Expansão da rede comercial e de transporte e a introdução de novos elementos de competição, (CASTEL-BRANCO, 1995, p.620).

Autores como NEWITT (1995); CASTEL-BRANCO (1995) e MOSCA (1996) apontam que, na sua maioria, as cooperativas foram constituídas com base em promessas de investimentos estatais, o que não aconteceu conforme essas expectativas, pois, a essa altura, o governo acreditava que só a grande unidade agrária estatal poderia alavancar a base económica.

De uma forma resumida, CASTEL-BRANCO (1995) é mais peremptório ao apontar os motivos que influenciaram o fracasso desta iniciativa, nomeadamente:

O movimento cooperativo desde muito cedo perdeu o carácter de processo de transformação, para passar a ser uma tarefa de cumprimento obrigatório, [...]; nunca teve uma base científica assente na análise socioeconómica dos problema, capacidade, diferenciação e constrangimentos enfrentados pelo campesinato nas condições gerais de Moçambique e específicas de cada local. O próprio estado [...] as marginalizava na alocação de recursos. Assim, enquanto a palavra de ordem das empresas estatais era 'mais e mais investimento [...]', a das cooperativas era 'contar com as suas próprias forças' [...], num contexto em que as forças do campesinato estavam bastante enfraquecidas [...]. Esta diferença de tratamento político dos dois setores reflectia o padrão de acumulação e alocação de recursos centrados no estado e a escassez de recursos disponíveis para o desenvolvimento, (CASTEL-BRANCO, 1995, p.620-621).

Outra questão que afetou o sucesso das cooperativas, foram as limitações estruturais e de organização dado que, bruscamente, os produtores viram-se obrigados



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

a passar de uma produção de tipo familiar de menor escala para uma escala avançada com traços nítidos de gestão empresarial que exigiam domínio de métodos de gestão científica, enquanto maior parte dos camponeses envolvidos eram analfabetos.

Apesar desta realidade, MOSCA (1996, n.p.), indica que:

[...], as explorações familiares dos cooperativistas foram sempre priorizadas no que respeita à distribuição do tempo de trabalho e na afectação dos rendimentos das famílias. As cooperativas foram, na maioria dos casos, uma forma de obter uma maior acessibilidade aos possíveis apoios da administração (terra, máquinas, financiamento, afectação de insumos, crédito etc.), podendo estes ser ou não utilizados na exploração familiar.

Assim, para sustentar a não priorização de investimentos neste sector, dados indicam que, no decurso dos primeiros anos da sua implementação, as cooperativas receberam apenas 2% do investimento agrícola do governo, e está correcta a impressão de que eram consideradas o *parente pobre* da família unidades agrárias estatais. Esta ideia, sustenta a tese defendida por NEWITT(1995) e CASTEL-BRANCO (1995) de que as cooperativas vinham em segundo lugar, atrás das unidades agropecuárias estatais, na obtenção de maquinaria e outras importações.

2.4. Campesinato e/ou explorações familiares

Uma vez pontuada a mudança de estratégia e a desconsideração do campesinato que outrora constituía a espinha dorsal do partido FRELIMO, conseqüentemente, o negligenciamento total do sector agrário de tipo familiar, as autoridades públicas vaticinavam que este seria absorvido pelo sistema de cooperativas e das unidades agrárias estatais. Mas residindo naquilo que MARC WUYTS (*apud* NEWITT, 1995, p.478) chamou de “o seu submundo da produção de subsistência”, este sector que não era marginal à economia moçambicana, pois, era e continuou a ser o celeiro onde tinha-se a mão-de-obra sazonal para as grandes empresas agrícolas, ademais, o mesmo passou a ser responsável por 30% da produção agrícola comercializada.

A integração e subordinação do campesinato ao mercado capitalista de trabalho e de bens, como base de acumulação do capital em Moçambique, desempenhou



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

diversas funções, a saber: produziam matérias-primas baratas para a indústria doméstica e mais de um terço das exportações nacionais, compradas pelos industriais e comerciantes a preços abaixo do seu custo social; produziam alimentos baratos para o abastecimento dos trabalhadores assalariados nas plantações, o que reduz o custo social de reprodução da força do trabalho assalariado; forneciam força de trabalho para as empresas capitalistas a baixo custo para o capital e; reduziam os custos de reprodução da força de trabalho (CASTEL-BRANCO, 1994, 1995).

Ou seja, usando das palavras de MOSCA (2017, p.75):

Os camponeses constituem um grupo de produtores funcionalmente articulados com o padrão de acumulação do capital comercial (mercados interno e externo) que extrai os excedentes a preços baixos, e cujos termos de troca são, em geral e a prazo, desfavoráveis para os pequenos produtores, afetando negativamente os níveis de rendimento monetário.

Neste debate, vale lembrar que a exploração do campesinato foi antecedida pela expropriação de terras férteis que lhes permitisse trabalhar e aumentar a sua produção e produtividade, deviam reservar uma parte da sua força de trabalho a troca de baixos salários de modo a adquirir produtos que mesmo com a venda do seu excedente, não os podiam comprar, seja umas das razões apontadas por CASTEL-BRANCO (1995, p. 585) ao sentenciar que:

Os camponeses não conseguem satisfazer as suas necessidades de consumo, poupança e acumulação somente através do trabalho assalariado e da comercialização dos seus excedentes, porque os salários e os preços ao produtor dos bens comercializados são frequentemente fixos, rígidos e/ou estabelecidos abaixo do seu custo social.

Em outras palavras, a produção familiar para a sobrevivência não supre as necessidades básicas, permitindo desse modo aos empregadores, comerciantes e industriais pagarem salários e preços baixos sem comprometer a reprodução da força de trabalho assalariada e das mercadorias produzidas pelo campesinato. Assim, CASTEL-BRANCO, (1995, p.586), defende que:

O sustento dos trabalhadores desempregados e suas famílias e os custos e riscos dos períodos de recessão nos mercados para produtores agrícolas são assumidos e amortecidos pela produção familiar e não pelo capital. Portanto, a manutenção



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

do campesinato na posse da terra é apenas parte do sistema específico de acumulação capitalista em Moçambique.

Todavia, Mosca (2017), observou que a perpetuação da marginalização do campesinato continuou após as reformas económicas e após o Acordo Geral de Paz em 1994. Desse modo, assistiu-se a uma tentativa de integrar perversamente o campesinato através da extração de excedentes para exportação e para abastecimento das cidades e na concepção de desenvolvimento com base em cadeias produtivas, que asseguram a transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior.

3. Considerações finais

A proposta deste artigo era de fazer um estudo de carácter teórico, visando debater a questão da exploração agrária e, conseqüentemente, promover um debate em torno das bases históricas de acumulação do capital em Moçambique. Durante o transcorrer do texto, é notável que apesar de ser um texto teórico, as tendências de construção da economia de Moçambique no período pós-independência, foram herdadas do sistema colonial.

Após a independência, com a implementação do modo de organização social e produção socialista assumido pela FRELIMO, o país agregou nas suas opções, a exploração da agricultura estatal, cooperativas de produção, propriedade privada e, exploração do campesinato. Todavia, a falta de uma planificação descentralizada orientada para os resultados, característica típica de um Estado socialista e análise de questões estruturais da economia, anulou os investimentos em unidades estatais, como recurso, a base da acumulação do capital continuou sendo a exploração do campesinato.

Conforme assinalado anteriormente, à exploração agrária, adiciona-se a indústria extrativa, a qual, desde o período anterior e durante a colonização esteve presente, porém, com a liberalização do mercado, vem ganhando espaço de relevo e, por conseqüência, influencia outros modos de acumulação, que, conjuntamente poderão orientar futuros estudos, a saber: serviços; infraestruturas e; finanças.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Referências

CASTEL-BRANCO, C. N. *Lógica Histórica do Modelo de Acumulação de Capital em Moçambique*. **IESE-Desafios para Moçambique**, 2017.

CASTEL-BRANCO, N. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: MAZULA, B. **Moçambique: Perspectivas Económicas**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane & Fundação Friedrich Ebert, 1994.

CASTEL-BRANCO, N. Opções Económicas de Moçambique 1975-95, lições e Ideias Alternativas. Em: **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: Brazão Mazula, 1995. p. 672.

FEIJÓ, J. **Do Passado Colonial à Independência**. 2ª ed. Maputo: alcance editores, 2010.

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique**. 1ª ed. Portugal: Terceiro Mundo, 1975

MOSCA, J. **Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência**. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural-Instituto Superior de Agronomia, 1996.

NEWITT, M. **HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE**. Portugal: B-H Publicações Europa-América, 1995.

NKRUMAH, K. **LUTA DE CLASSES NA ÁFRICA**. 2ª ed. [s.l.] Edições Nova Cultura, 2018.

O'LAUGHLIN, B. A Questão Agrária em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, n. 3, p. 9–32, 1981.

VISENTINI, P.G.F. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 123-137. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub> .